



TESOURO NACIONAL

Boletim

2023

Dezembro

Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 29, N.12 – Publicado em 29/01/2024



Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevali Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretários

David Rebelo Athayde

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Marcelo Pereira de Amorim

Otávio Ladeira de Medeiros

Maria Betânia Gonçalves Xavier

Rafael Rezende Brigolini

Suzana Teixeira Braga

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Bruno Orsi Teixeira

Guilherme Ceccato

Guilherme Furtado de Moura

José de Anchieta Semedo Neves

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Arte: Hugo Pullen

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 29, n. 12 (Dezembro, 2023). –

Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – mês contra mesmo mês do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Dezembro		Variação (2023/2022)		
	2022	2023	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	217.467,4	235.815,9	18.348,5	8,4%	3,6%
2. Transf. por Repartição de Receita	45.245,1	48.830,1	3.585,0	7,9%	3,2%
3. Receita Líquida (I-II)	172.222,3	186.985,8	14.763,5	8,6%	3,8%
4. Despesa Total	168.199,7	303.133,2	134.933,5	80,2%	72,3%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	4.022,5	-116.147,4	-120.170,0	-	-
Resultado do Tesouro Nacional	-2.626,2	-97.107,7	-94.481,5	-	-
Resultado do Banco Central	-0,1	103,5	103,6	-	-
Resultado da Previdência Social	6.648,8	-19.143,2	-25.792,0	-	-
Memorando:					
Resultado TN e BCB	-2.626,3	-97.004,2	-94.377,9	-	-

Em dezembro de 2023, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 116,1 bilhões, frente a um superávit de R\$ 4,0 bilhões em dezembro de 2022. Em termos reais, a receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 6,8 bilhões (+3,8%), enquanto a despesa total registrou um aumento de R\$ 127,2 bilhões (+72,3%), quando comparadas a dezembro de 2022.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês

Tabela 2 – Resultado Mês Contra Mês – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real	
		2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		217.467,4	235.815,9	18.348,5	8,4%	8.298,9	3,6%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		119.385,6	134.028,6	14.643,0	12,3%	9.126,0	7,3%
1.1.1 Imposto de Importação		4.674,4	4.454,1	-220,3	-4,7%	-436,4	-8,9%
1.1.2 IPI		4.836,5	6.204,0	1.367,5	28,3%	1.144,0	22,6%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	1	63.108,0	72.055,1	8.947,1	14,2%	6.030,8	9,1%
1.1.4 IOF		5.217,8	5.652,2	434,4	8,3%	193,2	3,5%
1.1.5 COFINS	2	24.297,7	27.549,2	3.251,4	13,4%	2.128,6	8,4%
1.1.6 PIS/PASEP		6.814,5	7.968,5	1.154,0	16,9%	839,1	11,8%
1.1.7 CSLL	3	8.306,3	7.092,4	-1.214,0	-14,6%	-1.597,8	-18,4%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		12,7	312,3	299,6	-	299,1	-
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		2.117,6	2.740,8	623,2	29,4%	525,4	23,7%
1.2 - Incentivos Fiscais		-3,8	-18,1	-14,3	378,4%	-14,2	357,3%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	4	69.514,8	77.030,1	7.515,3	10,8%	4.302,9	5,9%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		28.570,8	24.775,4	-3.795,5	-13,3%	-5.115,8	-17,1%
1.4.1 Concessões e Permissões	5	3.784,5	2.120,7	-1.663,7	-44,0%	-1.838,6	-46,4%
1.4.2 Dividendos e Participações	6	6.725,4	4.895,9	-1.829,5	-27,2%	-2.140,3	-30,4%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.567,1	1.633,2	66,1	4,2%	-6,3	-0,4%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais		6.433,7	6.169,8	-263,9	-4,1%	-561,2	-8,3%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.800,7	1.839,3	38,5	2,1%	-44,7	-2,4%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		3.795,8	4.323,4	527,6	13,9%	352,2	8,9%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%
1.4.8 Demais Receitas		4.376,2	3.690,7	-685,5	-15,7%	-887,7	-19,4%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		45.245,1	48.830,1	3.585,0	7,9%	1.494,1	3,2%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE		38.879,4	40.867,2	1.987,8	5,1%	191,1	0,5%
2.2 Fundos Constitucionais		537,5	1.080,7	543,2	101,1%	518,3	92,2%
2.2.1 Repasse Total		2.123,0	2.240,8	117,8	5,5%	19,6	0,9%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-1.585,5	-1.160,1	425,4	-26,8%	498,7	-30,1%
2.3 Contribuição do Salário Educação		1.261,1	1.468,7	207,6	16,5%	149,3	11,3%
2.4 Exploração de Recursos Naturais		4.371,4	5.161,9	790,5	18,1%	588,4	12,9%
2.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.6 Demais		195,6	251,6	55,9	28,6%	46,9	22,9%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		172.222,3	186.985,8	14.763,5	8,6%	6.804,8	3,8%
4. DESPESA TOTAL		168.199,7	303.133,2	134.933,5	80,2%	127.160,6	72,3%
4.1 Benefícios Previdenciários	7	62.865,9	96.173,3	33.307,3	53,0%	30.402,2	46,2%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	8	36.330,9	52.941,5	16.610,6	45,7%	14.931,7	39,3%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		24.990,6	85.102,7	60.112,0	240,5%	58.957,2	225,5%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		3.071,1	4.256,1	1.185,0	38,6%	1.043,1	32,5%
4.3.2 Anistiados		18,2	20,3	2,1	11,5%	1,2	6,5%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	9	1.203,8	7.586,1	6.382,3	530,2%	6.326,6	502,3%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		58,6	58,8	0,2	0,3%	-2,5	-4,2%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10	6.732,3	8.631,7	1.899,4	28,2%	1.588,3	22,6%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	11	5.717,0	684,2	-5.032,7	-88,0%	-5.296,9	-88,6%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		169,6	139,1	-30,5	-18,0%	-38,3	-21,6%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		2.810,4	3.074,6	264,2	9,4%	134,3	4,6%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		281,8	566,1	284,3	100,9%	271,3	92,0%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		2.543,6	2.925,8	382,2	15,0%	264,7	9,9%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		332,3	332,3	-0,1	0,0%	-15,4	-4,4%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	12	392,5	51.803,4	51.410,9	-	51.392,7	-
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	13	1.195,9	4.367,2	3.171,3	265,2%	3.116,1	249,0%
4.3.16 Transferências ANA		26,6	16,7	-9,9	-37,1%	-11,1	-39,9%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		196,0	361,0	165,0	84,2%	155,9	76,0%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		153,6	177,0	23,4	15,2%	16,3	10,1%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		44.012,3	68.915,8	24.903,5	56,6%	22.869,6	49,7%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	14	22.230,8	31.285,0	9.054,2	40,7%	8.026,9	34,5%
4.4.2 Discricionárias	15	21.781,5	37.630,8	15.849,3	72,8%	14.842,7	65,1%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		4.022,5	-116.147,4	-120.170,0	-	-120.355,8	-

Nota 1 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 6.030,8 milhões / +9,1%): esse resultado decorre, principalmente, do crescimento na arrecadação do IRRF (+R\$ 8,6 bilhões), parcialmente compensado pelo decréscimo do IRPJ (-R\$ 2,8 bilhões). No primeiro caso, o aumento registrado reflete, principalmente, os acréscimos nas rubricas Rendimentos do Capital (+R\$ 5,5 bilhões) e Rendimentos do Trabalho (+R\$ 1,7 bilhão). Já a dinâmica do IRPJ tem como principal fator explicativo o decréscimo real de 14,6% na arrecadação da estimativa mensal.

Nota 2 - Cofins (+R\$ 2.128,6 milhões / +8,4%): resultado decorre, principalmente, da elevação de 4,3% no volume de vendas (PMC-IBGE) entre novembro de 2023 e novembro de 2022 e da recomposição parcial da tributação incidente sobre diesel, gasolina e álcool. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela variação real negativa de 0,3% no volume de serviços (PMS-IBGE) entre novembro de 2023 e novembro de 2022 e pelo aumento no montante das compensações tributárias.

Nota 3 - CSLL (-R\$ 1.597,8 milhões / -18,4%): ver na Nota 1 a explicação para o IRPJ.

Nota 4 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 4.302,9 milhões / +5,9%): explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) a massa salarial habitual de novembro de 2023 apresentou acréscimo real de 9,1% em relação à novembro de 2022; ii) o Novo Caged/MTE apresentou, no mês de novembro de 2023, um saldo positivo de 130.097 empregos; e iii) aumento real de 4,0% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário em dezembro 2023 frente à dezembro de 2022. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária no comparativo entre dezembro de 2023 e o mesmo mês do ano anterior.

Nota 5 – Concessões e Permissões (-R\$ 1.838,6 milhões / -46,4%): explicado, em grande medida, pelo recebimento de R\$ 2,0 bilhões de novas concessões no setor de energia elétrica em 2022, sem contrapartida no ano de 2023, referente à outorga de concessão de geração de energia elétrica associada à desestatização da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT).

Nota 6 - Dividendos e Participações (-R\$ 2.140,3 milhões / -30,4%): justificado pelos menores pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio da Petrobras (-R\$ 2,3 bilhões) entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023.

Nota 7 - Benefícios Previdenciários (+R\$ 30.402,2 milhões / +46,2%): explicado, quase que integralmente, pelo aumento nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios (julgamento do STF das ADIs nº 7.064 e nº 7.047) no comparativo interanual de dezembro (+R\$ 28,1 bilhões). Outros fatores que influenciaram foram: i) aumento do número de beneficiários do RGPS entre novembro de 2022 e novembro de 2023 (+2,8% – Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social); e ii) crescimento real de 1,4% do salário-mínimo em 2023, conforme Medida Provisória nº 1.143/2022, e posterior aumento previsto na Medida Provisória nº 1.172/2023.

Nota 8 – Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 14.931,7 milhões / +39,3%): explicado, majoritariamente, pelo aumento nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios (julgamento do STF das ADIs nº 7.064 e nº 7.047) no comparativo interanual de dezembro (+R\$ 12,7 bilhões).

Nota 9 – Apoio Financeiro EE/MM (+R\$ 6.326,6 milhões / +502,3%): decorre, principalmente, das compensações da LC nº 194/2022 (transferências diretas e deduções de dívidas), previstas na LC nº 201/2023, e das transferências no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022).

Nota 10 – Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 1.588,3 milhões / +22,6%): justificado, especialmente, por: i) crescimento do número de beneficiários entre novembro de 2022 e novembro de 2023 (+10,7% – Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social); ii) aumento dos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios (julgamento do STF das ADIS nº 7.064 e nº 7.047); e iii) elevação real de 1,4% do salário mínimo em 2023, conforme Medida Provisória nº 1.143/2022, e posterior aumento previsto na Medida Provisória nº 1.172/2023.

Nota 11 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (-R\$ 5.296,9 milhões / -88,6%): efeito do pagamento de despesas associadas à Emenda Constitucional nº 123/2022 (em especial o pagamento do adicional de R\$ 200,00 para o Programa Auxílio Brasil) em dezembro de 2022, sem contrapartida em dezembro de 2023.

Nota 12 – Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (+R\$ 51.392,7 milhões): crescimento explicado pela destinação de recursos para o adimplemento da decisão judicial de mérito do STF, no âmbito das ADIs nº 7.064 e nº 7.047 – que julgaram dispositivos das ECs nº 113/2021 e nº 114/2021, que estabeleciam normas sobre o teto para pagamento de precatórios.

Nota 13 – Subsídios, Subvenções e Proagro (+R\$ 3.116,1 milhões / +249,0%): explicado, em especial, pelo crescimento de pagamentos no âmbito do Proagro (+R\$ 2,6 bilhões).

Nota 14 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 8.026,9 milhões / +34,5%): explicado, majoritariamente, pelos aumentos reais nos pagamentos do Bolsa Família e Auxílio Brasil (+R\$ 5,5 bilhões) e na função Saúde (+R\$ 2,7 bilhões).

Nota 15 - Discricionárias (+R\$ 14.842,7 milhões / +65,1%): variação explicada, em grande parte, pelos aumentos reais nas funções Educação (+R\$ 7,9 bilhões) – sendo R\$ 6,1 bilhões no âmbito da política de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio, Saúde (+R\$ 2,7 bilhões) e Demais (+R\$ 3,4 bilhões).

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

Tabela 3 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Jan-Dez		Variação (2023/2022)		
	2022	2023	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	2.313.305,4	2.351.400,8	38.095,3	1,6%	-2,8%
2. Transf. por Repartição de Receita	457.203,9	452.013,3	-5.190,6	-1,1%	-5,5%
3. Receita Líquida (1-2)	1.856.101,6	1.899.387,5	43.285,9	2,3%	-2,2%
4. Despesa Total	1.809.693,1	2.129.922,5	320.229,4	17,7%	12,5%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	46.408,5	-230.535,1	-276.943,5	-	-
Resultado do Tesouro Nacional	308.148,6	76.136,8	-232.011,7	-75,3%	-75,5%
Resultado do Banco Central	-473,5	-465,5	8,0	-1,7%	-5,8%
Resultado da Previdência Social	-261.266,7	-306.206,4	-44.939,7	17,2%	12,1%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	307.675,1	75.671,3	-232.003,8	-75,4%	-75,6%

Em relação ao resultado acumulado no ano de 2023, o Governo Central registrou um déficit de R\$ 230,5 bilhões, frente a um superávit de R\$ 46,4 bilhões em 2022. Em termos reais, a receita líquida apresentou uma redução de R\$ 43,0 bilhões (-2,2%) e a despesa total aumentou R\$ 239,4 bilhões (+12,5%) em 2023, quando comparadas a 2022.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado

Tabela 4 – Resultado Acumulado – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
		2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		2.313.305,4	2.351.400,8	38.095,3	1,6%	-69.610,8	-2,8%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		1.390.000,4	1.439.302,6	49.302,2	3,5%	-15.498,1	-1,0%
1.1.1 Imposto de Importação		59.078,7	54.222,0	-4.856,7	-8,2%	-7.724,8	-12,3%
1.1.2 IPI		59.893,5	59.326,7	-566,8	-0,9%	-3.524,3	-5,5%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	1	667.222,5	695.762,5	28.540,0	4,3%	-2.056,7	-0,3%
1.1.4 IOF		59.091,2	61.902,2	2.811,0	4,8%	107,5	0,2%
1.1.5 COFINS		276.748,0	292.903,0	16.155,0	5,8%	3.283,6	1,1%
1.1.6 PIS/PASEP		80.008,9	84.700,7	4.691,8	5,9%	973,3	1,1%
1.1.7 CSLL	2	158.497,1	148.652,1	-9.845,0	-6,2%	-17.674,7	-10,4%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		1.673,8	1.209,1	-464,7	-27,8%	-575,1	-32,1%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	3	27.786,7	40.624,3	12.837,6	46,2%	11.693,1	39,5%
1.2 - Incentivos Fiscais		-56,6	-78,0	-21,4	37,8%	-19,6	32,9%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	4	535.709,9	592.666,5	56.956,6	10,6%	32.855,2	5,8%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		387.651,7	319.509,7	-68.142,0	-17,6%	-86.948,3	-21,1%
1.4.1 Concessões e Permissões	5	46.847,1	8.819,6	-38.027,5	-81,2%	-40.722,2	-82,0%
1.4.2 Dividendos e Participações	6	87.003,6	49.957,9	-37.045,7	-42,6%	-41.138,6	-44,7%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		17.283,7	17.399,3	115,6	0,7%	-699,0	-3,8%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	7	132.482,3	112.874,3	-19.608,0	-14,8%	-26.165,7	-18,5%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		21.094,1	21.095,0	0,9	0,0%	-968,8	-4,3%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		27.291,7	30.797,5	3.505,9	12,8%	2.284,7	7,9%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%
1.4.8 Demais Receitas	8	55.561,9	78.463,6	22.901,7	41,2%	20.450,2	34,6%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		457.203,9	452.013,3	-5.190,6	-1,1%	-26.576,8	-5,5%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE		341.926,7	353.288,2	11.361,5	3,3%	-4.381,9	-1,2%
2.2 Fundos Constitucionais		10.077,6	11.395,5	1.317,8	13,1%	874,9	8,2%
2.2.1 Repasse Total		23.156,4	22.545,1	-611,3	-2,6%	-1.750,0	-7,1%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-13.078,8	-11.149,6	1.929,2	-14,8%	2.624,9	-18,8%
2.3 Contribuição do Salário Educação		16.136,0	18.162,0	2.025,9	12,6%	1.299,6	7,6%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	9	78.117,6	66.010,5	-12.107,1	-15,5%	-15.975,6	-19,2%
2.5 CIDE - Combustíveis		690,8	139,3	-551,6	-79,8%	-599,7	-81,0%
2.6 Demais		10.255,1	3.017,9	-7.237,2	-70,6%	-7.794,0	-71,9%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		1.856.101,6	1.899.387,5	43.285,9	2,3%	-43.034,0	-2,2%
4. DESPESA TOTAL		1.809.693,1	2.129.922,5	320.229,4	17,7%	239.435,1	12,5%
4.1 Benefícios Previdenciários	10	796.976,6	898.872,9	101.896,4	12,8%	66.490,9	7,9%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	11	337.942,0	363.726,7	25.784,7	7,6%	10.167,1	2,8%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		303.488,2	357.508,5	54.020,2	17,8%	39.406,9	12,2%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		64.270,9	72.856,1	8.585,2	13,4%	5.420,4	7,9%
4.3.2 Anistiados		161,5	173,6	12,1	7,5%	4,7	2,8%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	12	13.992,4	27.095,1	13.102,7	93,6%	12.501,6	84,5%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		693,6	717,6	24,0	3,5%	-7,7	-1,0%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	13	78.826,6	92.671,2	13.844,6	17,6%	10.373,5	12,4%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	14	46.983,2	2.792,4	-44.190,8	-94,1%	-47.113,3	-94,3%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		3.096,1	0,0	-3.096,1	-100,0%	-3.327,1	-100,0%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		1.000,5	1.106,0	105,5	10,5%	61,8	5,8%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		32.881,5	37.487,8	4.606,3	14,0%	3.161,2	9,0%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		2.412,6	4.282,9	1.870,3	77,5%	1.781,1	69,5%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		15.001,3	17.369,3	2.367,9	15,8%	1.716,5	10,8%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		3.987,9	3.986,9	-1,0	0,0%	-187,8	-4,4%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	15	17.349,1	71.441,2	54.092,1	311,8%	53.447,6	291,8%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		15.324,4	21.665,1	6.340,7	41,4%	5.622,7	34,4%
4.3.16 Transferências ANA		134,9	143,8	8,9	6,6%	3,3	2,3%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.597,2	2.006,7	409,5	25,6%	339,0	20,0%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		725,7	1.610,3	884,6	121,9%	858,6	109,7%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		4.961,5	-	4.961,5	-100,0%	5.260,0	-100,0%
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		371.286,3	509.814,5	138.528,2	37,3%	123.370,2	31,3%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	16	219.143,8	326.422,2	107.278,4	49,0%	98.764,6	42,4%
4.4.2 Discricionárias	17	152.142,5	183.392,3	31.249,8	20,5%	24.605,6	15,3%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		46.408,5	-230.535,1	-276.943,5	-	-282.469,1	-

Nota 1 - Imposto sobre a Renda (-R\$ 2.056,7 milhões / -0,3%): esse resultado decorre, principalmente, da queda na arrecadação do IRPJ (-R\$ 38,4 bilhões), parcialmente compensada pelo aumento do IRRF (+R\$ 38,1 bilhões). No primeiro caso, os principais fatores que influenciaram o resultado negativo foram: i) decréscimos reais de 14,5% na estimativa mensal, de 4,1% no balanço trimestral e de 34,1% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022; e ii) recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5,0 bilhões em 2023, frente a R\$ 42,0 bilhões em 2022. Já a dinâmica do IRRF reflete o acréscimo nas rubricas Rendimentos do Capital (+R\$ 22,8 bilhões), Rendimentos de Residentes no Exterior (+R\$ 8,8 bilhões) e Rendimentos do Trabalho (+R\$ 4,5 bilhões).

Nota 2 - CSLL (-R\$ 17.674,7 milhões / -10,4%): ver na Nota 1 a explicação para o IRPJ.

Nota 3 - Outras Administradas pela RFB (+R\$ 11.693,1 milhões / +39,5%): resultado é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) cobrança do imposto de exportação sobre as exportações de óleo bruto até 30 de junho de 2023, conforme Medida Provisória nº 1.163/2023; ii) reclassificação das receitas de cota-parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que desde janeiro de 2023 passaram a integrar a linha de Outras Administradas pela RFB; iii) aumento da arrecadação da Cide-Remessas ao Exterior; e iv) recolhimentos no âmbito do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal.

Nota 4 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 32.855,2 milhões / +5,8%): explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) a massa salarial habitual de dezembro de 2022 a novembro de 2023 apresentou acréscimo real de 7,9% em relação ao período de dezembro de 2021 a novembro de 2022; ii) o Novo Caged/MTE apresentou, até o mês de novembro de 2023, um saldo positivo de 1.914.467 empregos; e iii) aumento real de 5,4% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário em 2023. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária no ano de 2023.

Nota 5 - Concessões e Permissões (-R\$ 40.722,2 milhões / -82,0%): essa variação, em grande parte, é explicada pelos seguintes recebimentos em 2022, sem correspondente em 2023: i) bônus de assinatura relativos a segunda rodada da cessão onerosa (Campos de Sépia e Atapu - Bacia de Santos) em fevereiro de 2022 (R\$ 12,2 bilhões a preços de dezembro de 2023); e ii) bônus de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica advindos da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras) em junho de 2022 (R\$ 28,0 bilhões a preços de dezembro 2023).

Nota 6 - Dividendos e Participações (-R\$ 41.138,6 milhões / -44,7%): devido, em especial, aos menores recebimentos em 2023 de dividendos e juros sobre o capital próprio da Petrobras (-R\$ 30,4 bilhões), BNDES (-R\$ 9,2 bilhões) e CEF (-R\$ 2,1 bilhões).

Nota 7 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (-R\$ 26.165,7 milhões / -18,5%): explicado, principalmente, pelo decréscimo no preço internacional do barril de petróleo e, em menor medida, pela valorização do real frente ao dólar. Além disso, houve a influência da redução da produção dos três maiores campos de petróleo pagadores de participação especial, que foi parcialmente compensada pelo aumento da produção de petróleo em geral. Mencione-se que os períodos relevantes para a análise comparativa são a média entre dezembro de 2022 e novembro de 2023 frente ao mesmo período de 2022, no caso de royalties, e a média entre o 4º trimestre de 2022 e o terceiro trimestre de 2023 frente à média entre o 4º trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022, no caso da participação especial.

Nota 8 - Demais Receitas (+R\$ 20.450,2 milhões / +34,6%): explicado, principalmente, pela entrada de recursos não sacados do PIS/PASEP (conforme previsto na Emenda Constitucional nº 126/2022) em

setembro de 2023, no montante de R\$ 26,3 bilhões (a preços de dezembro de 2023), sem contrapartida em 2022.

Nota 9 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (-R\$ 15.975,6 milhões / -19,2%): explicado pela queda da Receita de Exploração de Recursos Naturais em 2023 (ver Nota 7).

Nota 10 - Benefícios Previdenciários (+R\$ 66.490,9 milhões / +7,9%): explicado, principalmente, por: i) crescimento nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios (julgamento do STF das ADIs nº 7.064 e nº 7.047); ii) aumento do número de beneficiários do RGPS (+2,6%, média dezembro de 2022 a novembro de 2023 frente a dezembro de 2021 a novembro de 2022 – Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social); e iii) aumento real de 1,4% do salário mínimo em 2023, conforme Medida Provisória nº 1.143/2022, e posterior aumento previsto na Medida Provisória nº 1.172/2023.

Nota 11 – Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 10.167,1 milhões / +2,8%): justificado, em grande medida, pela elevação nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios no âmbito do julgamento do STF das ADIs nº 7.064 e nº 7.047.

Nota 12 – Apoio Financeiro EE/MM (+R\$ 12.501,6 milhões / +84,5%): explicado, principalmente por: i) pagamento de compensações da LC nº 194/2022 (transferências diretas e deduções de dívidas) em 2023; e ii) transferências temporárias aos fundos FPM e FPE. Tanto as compensações como as transferências temporárias estão previstas na LC nº 201/2023. Para maior detalhamento dos pagamentos das compensações da LC nº 194/2022 ver o Box deste RTN.

Nota 13 – Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 10.373,5 milhões / +12,4%): explicado pelos seguintes fatores: i) crescimento do número de beneficiários (+10,06%, média dezembro de 2022 a novembro de 2023 frente a dezembro de 2021 a novembro de 2022 – Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social); ii) aumento nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios (julgamento do STF das ADIs nº 7.064 e nº 7.047); e iii) aumento real de 1,4% do salário mínimo em 2023, conforme Medida Provisória nº 1.143/2022, e posterior aumento previsto na Medida Provisória nº 1.172/2023.

Nota 14 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (-R\$ 47.113,3 milhões / -94,3%): principais fatores explicativos: i) redução de despesas associadas às medidas de combate à covid-19 no comparativo anual; e ii) pagamentos de despesas associadas à Emenda Constitucional nº 123/2022 no período agosto a dezembro de 2022 (em especial o pagamento do adicional de R\$ 200,00 para o Programa Auxílio Brasil).

Nota 15 – Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (+R\$ 53.447,6 milhões / +291,8%): crescimento explicado pela destinação de recursos para o adimplemento da decisão judicial de mérito do STF, no âmbito das ADIs nº 7.064 e nº 7.047 – que julgaram dispositivos das ECs nº 113/2021 e nº 114/2021, que estabeleciam normas sobre o teto para pagamento de precatórios.

Nota 16 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 98.764,6 milhões / +42,4%): explicado, em especial, pelos aumentos reais nas execuções em Bolsa Família e Auxílio Brasil (+R\$ 75,4 bilhões) e na função Saúde (+R\$ 20,6 bilhões) no comparativo anual.

Nota 17 - Discricionárias (+R\$ 24.605,6 milhões / +15,3%): resultado, principalmente, da conjugação de: i) aumentos nas funções Educação (+R\$ 14,0 bilhões) – sendo R\$ 6,1 bilhões no âmbito da política de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio, Transporte (+R\$ 6,5 bilhões) e Assistência Social (+R\$ 3,1 bilhões); e ii) decréscimo na linha de Demais Discricionárias (-R\$ 3,5 bilhões), onde se inclui a despesa referente ao Encontro de Contas – Campo de Marte (CF 1988, ADCT, art. 107-A, § 6º) realizada em agosto de 2022 (R\$ 25,4 bilhões a preços de dezembro de 2023).

Boxe 1 - Impacto das Compensações da LC nº 194/2022 nas Estatísticas Fiscais “Acima da linha”

A **Lei Complementar nº 194, de 2022 (LC nº 194/2022)**, promoveu alterações na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), de modo a considerar os combustíveis, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo como bens e serviços essenciais. A referida Lei Complementar, em seu art. 3º, estabeleceu que as perdas com a arrecadação do Imposto sobre operações de Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), arcadas pelos Estados e pelo Distrito Federal (DF), deveriam ser deduzidas pela União do valor das parcelas dos contratos de dívida daqueles entes.

Antes da regulamentação desse dispositivo, parte dos Estados recebeu liminares para, ainda em 2022, iniciar a compensação pelas perdas mediante suspensão do pagamento de parcelas das dívidas junto à União. A situação jurídica só foi regularizada com o **acordo celebrado** entre a União e os Estados e o DF em 31 de março de 2023 no âmbito da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.191, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2 de junho de 2023**.

O referido acordo originou a **Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023 (LC nº 201/2023)**, que dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos da LC nº 194. Nos art. 2º e 3º da LC nº 201/2023 estão previstas as compensações da União aos Estados e ao DF em razão da redução da arrecadação do ICMS ocasionada pelas disposições da LC nº 194/2022. Uma parte destas compensações seria feita por meio da dedução dos valores das parcelas vincendas de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional cujo crédito pertença à União (§ 1º do art. 2º); e a outra seria realizada por meio de transferências diretas dos valores pela União (§§ 2º e 3º do art. 2º e art. 3º).

O acordo representa um marco temporal para fins de distribuição nas estatísticas fiscais das compensações das perdas de receitas por parte dos Estados e DF em decorrência da diminuição de arrecadação do ICMS no âmbito do disposto na LC nº 194/22. No primeiro caso, estão **os valores compensados pré-acordo**, que não estavam refletidos nas estatísticas “acima da linha” até o momento, mas que a partir dessa edição do Boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN) passam a ser incluídos. Tais valores se referem a prestações de dívidas dos entes (para com a União ou garantidas por esta em contratos dos entes com instituições financeiras) que não foram pagas em decorrência de liminares obtidas junto ao STF. Por sua vez, no segundo caso, estão **as compensações realizadas após o acordo**, que estão sendo lançadas no Boletim RTN desde julho de 2023, incluindo os abatimentos de dívidas e as transferências diretas.

Nesse sentido, este box tem como objetivos:

- i) dar transparência aos ajustes nas estatísticas fiscais divulgadas pelo Boletim RTN no período de junho de 2022 a junho de 2023, em decorrência das compensações por meio de liminares pré-acordo; e
- ii) elucidar os valores que já foram compensados até o final de 2023 e as projeções de compensações que restam no âmbito da LC nº 194/2022. A tabela abaixo traz um resumo das informações por Estados e DF.

UF	Pré-Acordo (R\$ milhões)		Pós-Acordo (R\$ milhões)				Total (R\$ milhões)
	Compensações por Liminares 2022	Compensações por Liminares 2023	Compensações de 2023 (pós liminares)	Transferências diretas de 2023	Transferência direta (antecipação de 2024)	Compensações e Transferências de 2025	
AC	10,14	10,52	9,33	0,00	30,00	0,00	60,00
AL	204,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,10
AP	0,00	0,00	20,25	6,85	27,10	0,00	54,20
AM	0,00	0,00	48,75	20,05	68,80	0,00	137,60
BA	0,00	0,00	207,44	59,24	533,35	266,67	1.066,70
CE	0,00	0,00	44,04	117,54	323,15	161,57	646,30
DF	0,00	0,00	114,06	15,47	259,07	0,00	388,60
ES	0,00	78,07	58,88	41,38	356,65	178,32	713,30
GO	0,00	145,79	339,60	59,74	696,82	348,44	1.590,40
MA	535,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	535,80
MT	0,00	0,00	180,29	85,06	530,70	265,35	1.061,40
MS	0,00	0,00	78,40	0,00	156,80	0,00	235,20
MG	2.365,16	177,50	0,00	0,00	0,00	840,44	3.383,10
PA	0,00	0,00	42,68	175,65	436,65	218,32	873,30
PB	0,00	0,00	34,09	100,34	268,87	0,00	403,30
PR	0,00	0,00	442,92	15,76	917,35	458,67	1.834,70
PE	527,21	498,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.026,10
PI	296,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296,30
RJ	0,00	0,00	1.219,20	0,00	1.615,40	807,70	3.642,30
RN	20,94	29,26	34,30	8,03	185,07	0,00	277,60
RS	0,00	0,00	994,98	0,00	1.348,95	674,47	3.018,40
RO	0,00	0,00	90,93	0,00	181,87	0,00	272,80
RR	0,00	0,00	10,70	33,15	43,85	0,00	87,70
SC	0,00	0,00	298,75	0,00	597,50	298,75	1.195,00
SP	3.735,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.735,60
SE	0,00	23,58	41,57	0,00	65,15	0,00	130,30
TO	0,00	0,00	0,08	72,32	72,40	0,00	144,80
TOTAL	7.695,26	963,62	4.311,24	810,58	8.715,50	4.518,70	27.014,90

O total de compensações no âmbito da LC nº 194/2022 é de R\$ 27.014,9 milhões. Deste montante, R\$ 8.658,9 milhões são referentes ao período pré-acordo, dos quais R\$ 7.695,3 milhões serão distribuídos de julho a dezembro de 2022 e R\$ 963,6 milhões no período de janeiro a junho de 2023. **Os valores pré-acordo estão sendo lançados retroativamente a partir deste Boletim do RTN (mês de dezembro de 2023)**, mês no qual ocorreu a baixa dos ativos da União em decorrência das referidas compensações. O lançamento retroativo de tais despesas visa cumprir o disposto no art. 9º da LC nº 201/2023, que estabelece que os impactos nas estatísticas das compensações realizadas por meio de liminares em 2022 serão mantidos em seu respectivo exercício, o registro das despesas primárias coincide com os meses nos quais as parcelas efetivamente deixaram de ser pagas à União.

Por sua vez, **os lançamentos no RTN pós-acordo**, que ocorreram entre junho e dezembro de 2023, totalizaram R\$ 13.837,3 milhões, assim divididos: i) abatimentos de dívida (R\$ 4.311,2 milhões); ii) transferências diretas de 2023 (R\$ 810,6 milhões); e iii) antecipação de transferências diretas de 2024 (R\$ 8.715,5 milhões). Em decorrência dos valores inicialmente previstos para o ano de 2024 terem sido antecipados em 2023, não há previsão de compensações (por abatimentos ou transferências) no exercício de 2024. A estimativa para 2025 é de compensações da ordem de R\$ 4.518,7 milhões. Cabe destacar que as compensações após o acordo relativas a 2023 já vinham sendo informadas mensalmente no boletim RTN.

Neste contexto, as compensações no âmbito da LC nº 194/2022 estão sendo registradas na rubrica de Apoio Financeiro a Estados e Municípios. A série histórica do “acima da linha” que acompanha as divulgações do Boletim RTN passarão a refletir a partir deste mês os seguintes impactos:

- i) **Ano 2022:** as despesas primárias totais no período julho a dezembro de 2022 foram revisadas para cima em R\$ 7.695,3 milhões e, portanto, o resultado primário “acima da linha” apresenta um resultado inferior ao divulgado anteriormente no mesmo montante. As despesas sujeitas ao teto dos gastos (regido em 2022 pela EC nº 95/2016) também foram majoradas pelo mesmo montante destas compensações;
- ii) **Ano 2023:** as despesas primárias totais no período janeiro a junho de 2023 foram revisadas para cima em R\$ 963,6 milhões, resultando em um resultado primário “acima da linha” inferior ao divulgado até a edição de novembro deste boletim. Aquele valor, de forma similar ao montante pós-acordo pago em 2023, está excepcionalizado do limite de gastos previsto no art. 12 da LC nº 200/2023 (conforme inciso I do art. 17 da LC nº 201/2023).

Segue abaixo a distribuição mensal dos fluxos ajustados em função das compensações por liminares referentes aos fluxos de 2022 e 2023 não incorporadas até a edição de dezembro do boletim RTN.

Compensações realizadas por meio de liminares

R\$ milhões

Período	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Total 2022
A. Resultado Primário	18.949,1	-50.356,1	10.936,3	30.592,2	-14.756,0	4.445,3	
B. Compensações por Liminares	13,9	1.926,1	1.463,4	1.791,1	2.078,1	422,8	7.695,3
C. Resultado Primário Revisto (A-B)	18.935,2	-52.282,2	9.472,9	28.801,2	-16.834,1	4.022,5	

Período	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	Total 2023
A. Resultado Primário	79.136,6	-40.499,2	-6.946,8	15.759,0	-44.691,8	-45.027,3	
B. Compensações por Liminares	230,9	114,7	136,4	119,0	322,6	40,0	963,6
C. Resultado Primário Revisto (A-B)	78.905,7	-40.614,0	-7.083,2	15.640,0	-45.014,4	-45.067,4	

Abaixo, é apresentado gráfico que apresenta o efeito de todos os fluxos mencionados neste box.

Compensações da Lei Complementar nº 201/2023 (R\$ milhões)



Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	217.467,4	235.815,9	18.348,5	8,4%	8.298,9	3,6%	2.313.305,4	2.351.400,8	38.095,3	1,6%	-69.610,8	-2,8%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	119.385,6	134.028,6	14.643,0	12,3%	9.126,0	7,3%	1.390.000,4	1.439.302,6	49.302,2	3,5%	-15.498,1	-1,0%
1.1.1 Imposto sobre a Importação	4.674,4	4.454,1	-220,3	-4,7%	-436,4	-8,9%	59.078,7	54.222,0	-4.856,7	-8,2%	-7.724,8	-12,3%
1.1.2 IPI	4.836,5	6.204,0	1.367,5	28,3%	1.144,0	22,6%	59.893,5	59.326,7	-566,8	-0,9%	-3.524,3	-5,5%
1.1.2.1 IPI - Fumo	485,6	445,7	-39,9	-8,2%	-62,3	-12,3%	6.732,0	3.824,5	-2.907,6	-43,2%	-3.272,8	-45,7%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	260,6	333,3	72,7	27,9%	60,6	22,2%	2.513,2	2.954,0	440,8	17,5%	321,3	12,0%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	273,0	753,3	480,4	176,0%	467,8	163,8%	4.048,2	6.918,4	2.870,2	70,9%	2.708,7	62,9%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.949,8	1.956,9	7,1	0,4%	-83,0	-4,1%	24.521,2	22.608,4	-1.912,8	-7,8%	-3.136,7	-12,0%
1.1.2.5 IPI - Outros	1.867,5	2.714,8	847,3	45,4%	761,0	39,0%	22.078,9	23.021,4	942,5	4,3%	-144,9	-0,6%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	63.108,0	72.055,1	8.947,1	14,2%	6.030,8	9,1%	667.222,5	695.762,5	28.540,0	4,3%	-2.056,7	-0,3%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.825,3	4.217,5	392,2	10,3%	215,4	5,4%	58.188,5	58.964,4	775,9	1,3%	-1.832,7	-3,0%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	13.733,2	11.559,0	-2.174,2	-15,8%	-2.808,8	-19,5%	286.330,2	261.802,3	-24.527,9	-8,6%	-38.373,6	-12,6%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	45.549,6	56.278,7	10.729,1	23,6%	8.624,1	18,1%	322.703,8	374.995,8	52.292,0	16,2%	38.149,6	11,1%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	14.629,1	17.010,0	2.380,9	16,3%	1.704,9	11,1%	153.160,5	164.752,2	11.591,7	7,6%	4.522,2	2,8%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	19.521,1	25.901,9	6.380,7	32,7%	5.478,6	26,8%	97.046,6	123.815,6	26.768,9	27,6%	22.837,7	22,2%
1.1.3.3.3 IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	9.787,3	11.583,6	1.796,3	18,4%	1.344,0	13,1%	55.496,6	66.717,7	11.221,1	20,2%	8.819,1	15,0%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.612,0	1.783,2	171,1	10,6%	96,6	5,7%	17.000,1	19.710,4	2.710,3	15,9%	1.970,6	10,9%
1.1.4 IOF	5.217,8	5.652,2	434,4	8,3%	193,2	3,5%	59.091,2	61.902,2	2.811,0	4,8%	107,5	0,2%
1.1.5 Cofins	24.297,7	27.549,2	3.251,4	13,4%	2.128,6	8,4%	276.748,0	292.903,0	16.155,0	5,8%	3.283,6	1,1%
1.1.6 PIS/Pasep	6.814,5	7.968,5	1.154,0	16,9%	839,1	11,8%	80.008,9	84.700,7	4.691,8	5,9%	973,3	1,1%
1.1.7 CSLL	8.306,3	7.092,4	-1.214,0	-14,6%	-1.597,8	-18,4%	158.497,1	148.652,1	-9.845,0	-6,2%	-17.674,7	-10,4%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	12,7	312,3	299,6	-	299,1	-	1.673,8	1.209,1	-464,7	-27,8%	-575,1	-32,1%
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.117,6	2.740,8	623,2	29,4%	525,4	23,7%	27.786,7	40.624,3	12.837,6	46,2%	11.693,1	39,5%
1.2 - Incentivos Fiscais	-3,8	-18,1	-14,3	378,4%	-14,2	357,3%	-56,6	-78,0	-21,4	37,8%	-19,6	32,9%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	69.514,8	77.030,1	7.515,3	10,8%	4.302,9	5,9%	535.709,9	592.666,5	56.956,6	10,6%	32.855,2	5,8%
1.3.1 Urbana	68.660,5	76.156,4	7.495,9	10,9%	4.323,0	6,0%	526.647,1	584.082,3	57.435,1	10,9%	33.763,5	6,0%
1.3.2 Rural	854,3	873,7	19,4	2,3%	-20,1	-2,3%	9.062,8	8.584,2	-478,5	-5,3%	-908,4	-9,4%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	28.570,8	24.775,4	-3.795,5	-13,3%	-5.115,8	-17,1%	387.651,7	319.509,7	-68.142,0	-17,6%	-86.948,3	-21,1%
1.4.1 Concessões e Permissões	3.784,5	2.120,7	-1.663,7	-44,0%	-1.838,6	-46,4%	46.847,1	8.819,6	-38.027,5	-81,2%	-40.722,2	-82,0%
1.4.2 Dividendos e Participações	6.725,4	4.895,9	-1.829,5	-27,2%	-2.140,3	-30,4%	87.003,6	49.957,9	-37.045,7	-42,6%	-41.138,6	-44,7%
1.4.2.1 Banco do Brasil	495,0	490,4	-4,6	-0,9%	-27,5	-5,3%	5.975,2	6.555,2	580,0	9,7%	320,7	5,1%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	214,7	297,0	82,3	38,3%	73,9	32,4%
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	18.878,6	10.425,1	-8.453,5	-44,8%	-9.212,9	-46,5%
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	3.591,4	1.817,8	-1.773,6	-49,4%	-2.067,3	-52,8%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	260,2	0,0	-260,2	-100,0%	-274,9	-100,0%
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%	471,6	187,8	-283,8	-60,2%	-310,0	-61,8%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	6.230,2	4.253,6	-1.976,7	-31,7%	-2.264,6	-34,7%	56.373,9	28.689,0	-27.684,9	-49,1%	-30.379,2	-51,0%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.9 Demais	0,2	151,9	151,8	-	151,7	-	1.237,8	1.985,9	748,1	60,4%	711,1	54,3%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.567,1	1.633,2	66,1	4,2%	-6,3	-0,4%	17.283,7	17.399,3	115,6	0,7%	-699,0	-3,8%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.433,7	6.169,8	-263,9	-4,1%	-561,2	-8,3%	132.482,3	112.874,3	-19.608,0	-14,8%	-26.165,7	-18,5%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.800,7	1.839,3	38,5	2,1%	-44,7	-2,4%	21.094,1	21.095,0	0,9	0,0%	-968,8	-4,3%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	3.795,8	4.323,4	527,6	13,9%	352,2	8,9%	27.291,7	30.797,5	3.505,9	12,8%	2.284,7	7,9%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%	87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%
1.4.8 Demais Receitas	4.376,2	3.690,7	-685,5	-15,7%	-887,7	-19,4%	55.561,9	78.463,6	22.901,7	41,2%	20.450,2	34,6%
d/q Operações com Ativos	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	45.245,1	48.830,1	3.585,0	7,9%	1.494,1	3,2%	457.203,9	452.013,3	-5.190,6	-1,1%	-26.576,8	-5,5%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	38.879,4	40.867,2	1.987,8	5,1%	191,1	0,5%	341.926,7	353.288,2	11.361,5	3,3%	-4.381,9	-1,2%
2.2 Fundos Constitucionais	537,5	1.080,7	543,2	101,1%	518,3	92,2%	10.077,6	11.395,5	1.317,8	13,1%	874,9	8,2%
2.2.1 Repasse Total	2.123,0	2.240,8	117,8	5,5%	19,6	0,9%	23.156,4	22.545,1	-611,3	-2,6%	-1.750,0	-7,1%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-1.585,5	-1.160,1	425,4	-26,8%	498,7	-30,1%	-13.078,8	-11.149,6	1.929,2	-14,8%	2.624,9	-18,8%
2.3 Contribuição do Salário Educação	1.261,1	1.468,7	207,6	16,5%	149,3	11,3%	16.136,0	18.162,0	2.025,9	12,6%	1.299,6	7,6%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	4.371,4	5.161,9	790,5	18,1%	588,4	12,9%	78.117,6	66.010,5	-12.107,1	-15,5%	-15.975,6	-19,2%
2.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	690,8	139,3	-551,6	-79,8%	-599,7	-81,0%
2.6 Demais	195,6	251,6	55,9	28,6%	46,9	22,9%	10.255,1	3.017,9	-7.237,2	-70,6%	-7.794,0	-71,9%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	172.222,3	186.985,8	14.763,5	8,6%	6.804,8	3,8%	1.856.101,6	1.899.387,5	43.285,9	2,3%	-43.034,0	-2,2%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	168.199,7	303.133,2	134.933,5	80,2%	127.160,6	72,3%	1.809.693,1	2.129.922,5	320.229,4	17,7%	239.435,1	12,5%
4.1 Benefícios Previdenciários	62.865,9	96.173,3	33.307,3	53,0%	30.402,2	46,2%	796.976,6	898.872,9	101.896,4	12,8%	66.490,9	7,9%
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}</i>	50.227,3	76.209,6	25.982,3	51,7%	23.661,2	45,0%	633.732,6	713.096,5	79.363,9	12,5%	51.222,8	7,6%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.204,9	23.422,3	22.217,4	-	22.161,8	-	22.180,7	44.470,6	22.289,9	100,5%	21.296,2	90,5%
<i>Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}</i>	12.638,6	19.963,6	7.325,0	58,0%	6.741,0	51,0%	163.243,9	185.776,4	22.532,5	13,8%	15.268,1	8,8%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	307,3	6.217,6	5.910,2	-	5.896,0	-	5.764,8	12.078,5	6.313,7	109,5%	6.060,8	99,1%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	36.330,9	52.941,5	16.610,6	45,7%	14.931,7	39,3%	337.942,0	363.726,7	25.784,7	7,6%	10.167,1	2,8%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	311,7	13.022,1	12.710,4	-	12.696,0	-	11.177,3	20.043,4	8.866,0	79,3%	8.303,8	70,1%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.990,6	85.102,7	60.112,0	240,5%	58.957,2	225,5%	303.488,2	357.508,5	54.020,2	17,8%	39.406,9	12,2%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.071,1	4.256,1	1.185,0	38,6%	1.043,1	32,5%	64.270,9	72.856,1	8.585,2	13,4%	5.420,4	7,9%
Abono	0,0	160,0	160,0	-	160,0	-	23.564,1	25.020,0	1.455,9	6,2%	65,3	0,3%
Seguro Desemprego	3.071,1	4.096,1	1.025,0	33,4%	883,1	27,5%	40.706,8	47.836,1	7.129,3	17,5%	5.355,1	12,4%
d/q Seguro Defeso	241,1	782,7	541,6	224,6%	530,5	210,3%	3.706,4	4.298,2	591,8	16,0%	404,9	10,2%
4.3.2 Anistiados	18,2	20,3	2,1	11,5%	1,2	6,5%	161,5	173,6	12,1	7,5%	4,7	2,8%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	1.203,8	7.586,1	6.382,3	530,2%	6.326,6	502,3%	13.992,4	27.095,1	13.102,7	93,6%	12.501,6	84,5%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	58,6	58,8	0,2	0,3%	-2,5	-4,2%	693,6	717,6	24,0	3,5%	-7,7	-1,0%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.732,3	8.631,7	1.899,4	28,2%	1.588,3	22,6%	78.826,6	92.671,2	13.844,6	17,6%	10.373,5	12,4%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	203,4	808,7	605,2	297,5%	595,8	280,0%	2.250,4	3.779,3	1.528,9	67,9%	1.440,2	60,4%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%	87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.717,0	684,2	-5.032,7	-88,0%	-5.296,9	-88,6%	46.983,2	2.792,4	-44.190,8	-94,1%	-47.113,3	-94,3%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	3.096,1	0,0	-3.096,1	-100,0%	-3.327,1	-100,0%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	169,6	139,1	-30,5	-18,0%	-38,3	-21,6%	1.000,5	1.106,0	105,5	10,5%	61,8	5,8%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	2.810,4	3.074,6	264,2	9,4%	134,3	4,6%	32.881,5	37.487,8	4.606,3	14,0%	3.161,2	9,0%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	281,8	566,1	284,3	100,9%	271,3	92,0%	2.412,6	4.282,9	1.870,3	77,5%	1.781,1	69,5%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.543,6	2.925,8	382,2	15,0%	264,7	9,9%	15.001,3	17.369,3	2.367,9	15,8%	1.716,5	10,8%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,3	332,3	-0,1	0,0%	-15,4	-4,4%	3.987,9	3.986,9	-1,0	0,0%	-187,8	-4,4%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	392,5	51.803,4	51.410,9	-	51.392,7	-	17.349,1	71.441,2	54.092,1	311,8%	53.447,6	291,8%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.195,9	4.367,2	3.171,3	265,2%	3.116,1	249,0%	15.324,4	21.665,1	6.340,7	41,4%	5.622,7	34,4%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	568,5	818,5	250,0	44,0%	223,7	37,6%	14.156,1	14.816,1	660,0	4,7%	-20,6	-0,1%
Equalização de custeio agropecuário	182,6	53,5	-129,1	-70,7%	-137,6	-72,0%	2.208,9	1.570,1	-638,8	-28,9%	-747,8	-31,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	91,7	140,4	48,7	53,1%	44,5	46,4%	4.370,1	3.474,9	-895,2	-20,5%	-1.136,1	-24,3%
Política de preços agrícolas	13,3	23,7	10,4	78,3%	9,8	70,5%	106,4	113,6	7,2	6,8%	1,4	1,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,9	0,1	-0,9	-93,7%	-0,9	-94,0%	19,0	4,0	-15,0	-78,9%	-16,1	-79,7%
Equalização Aquisições do Governo Federal	12,4	23,6	11,3	91,0%	10,7	82,6%	87,4	109,6	22,2	25,4%	17,5	18,8%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Pronaf	296,6	248,2	-48,4	-16,3%	-62,1	-20,0%	5.502,9	5.741,6	238,7	4,3%	-16,1	-0,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	307,5	338,3	30,8	10,0%	16,6	5,2%	5.544,6	5.798,7	254,1	4,6%	-3,4	-0,1%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-10,9	-90,1	-79,2	725,2%	-78,7	688,8%	-41,7	-57,1	-15,4	36,9%	-12,6	29,0%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	-92,0	-15,9	76,0	-82,7%	80,3	-83,4%	427,1	414,6	-12,5	-2,9%	-39,2	-8,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	49,6	47,0	-2,6	-5,3%	-4,9	-9,5%	388,4	496,4	108,0	27,8%	91,6	22,2%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-141,6	-62,9	78,7	-55,6%	85,2	-57,5%	38,6	-81,9	-120,5	-	-130,8	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	21,0	0,8	-20,2	-96,2%	-21,2	-96,4%	304,7	626,8	322,1	105,7%	316,4	97,4%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	52,0	68,9	16,9	32,5%	14,5	26,6%	261,6	458,1	196,6	75,1%	187,9	68,2%
Funcafé	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,5	0,0	-0,5	-100,0%	-0,5	-100,0%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%	667,7	487,9	-179,8	-26,9%	-215,4	-30,0%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,6	0,8	0,2	35,6%	0,2	29,6%	9,0	12,1	3,1	34,8%	2,8	28,7%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	237,4	237,4	-	237,4	-	397,2	1.995,2	1.598,0	402,3%	1.603,5	382,4%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	26,3	24,7	-1,6	-6,1%	-3,1	-10,7%
Sudene	6,6	70,5	64,0	973,4%	63,7	926,0%	105,0	70,5	-34,5	-32,8%	-40,3	-36,4%
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-4,0	-9,9	-5,9	150,0%	-5,8	139,0%	-231,2	-174,0	57,2	-24,7%	65,8	-26,9%
Proagro	863,0	3.500,0	2.637,0	305,6%	2.597,1	287,6%	5.001,0	9.405,0	4.404,1	88,1%	4.186,9	78,8%
PNAFE	-29,9	1,9	31,7	-	33,1	-	102,4	66,9	-35,6	-34,7%	-41,7	-38,1%
Demais Subsídios e Subvenções	-205,7	46,9	252,6	-	262,1	-	-3.935,2	-2.622,9	1.312,3	-33,3%	1.498,2	-35,8%
4.3.16 Transferências ANA	26,6	16,7	-9,9	-37,1%	-11,1	-39,9%	134,9	143,8	8,9	6,6%	3,3	2,3%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	196,0	361,0	165,0	84,2%	155,9	76,0%	1.597,2	2.006,7	409,5	25,6%	339,0	20,0%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	153,6	177,0	23,4	15,2%	16,3	10,1%	725,7	1.610,3	884,6	121,9%	858,6	109,7%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	4.961,5	0,0	-4.961,5	-100,0%	-5.260,0	-100,0%
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	44.012,3	68.915,8	24.903,5	56,6%	22.869,6	49,7%	371.286,3	509.814,5	138.528,2	37,3%	123.370,2	31,3%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	22.230,8	31.285,0	9.054,2	40,7%	8.026,9	34,5%	219.143,8	326.422,2	107.278,4	49,0%	98.764,6	42,4%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.334,8	1.335,2	0,4	0,0%	-61,3	-4,4%	14.341,7	15.402,7	1.060,9	7,4%	414,3	2,7%
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	8.181,0	14.100,6	5.919,6	72,4%	5.541,6	64,7%	88.119,1	166.311,6	78.192,5	88,7%	75.373,0	80,4%
4.4.1.3 Saúde	10.366,8	13.565,8	3.199,0	30,9%	2.719,9	25,1%	104.434,7	129.549,7	25.115,1	24,0%	20.575,8	18,5%
4.4.1.4 Educação	639,5	862,0	222,6	34,8%	193,0	28,9%	6.349,9	8.207,6	1.857,7	29,3%	1.596,6	23,7%
4.4.1.5 Demais	1.708,8	1.421,4	-287,4	-16,8%	-366,4	-20,5%	5.898,4	6.950,6	1.052,2	17,8%	804,9	12,9%
4.4.2 Discrecionárias	21.781,5	37.630,8	15.849,3	72,8%	14.842,7	65,1%	152.142,5	183.392,3	31.249,8	20,5%	24.605,6	15,3%
4.4.2.1 Saúde	3.103,7	5.962,8	2.859,1	92,1%	2.715,7	83,6%	33.256,4	38.251,0	4.994,5	15,0%	3.575,1	10,2%
4.4.2.2 Educação	3.311,5	11.393,5	8.082,0	244,1%	7.928,9	228,9%	20.192,5	34.964,9	14.772,4	73,2%	13.950,6	65,2%
4.4.2.3 Defesa	3.276,4	2.194,0	-1.082,4	-33,0%	-1.233,8	-36,0%	12.813,2	12.950,1	136,8	1,1%	-429,0	-3,2%
4.4.2.4 Transporte	1.361,7	2.065,0	703,3	51,6%	640,4	44,9%	8.221,1	15.025,9	6.804,8	82,8%	6.519,5	74,8%
4.4.2.5 Administração	1.365,0	1.150,6	-214,4	-15,7%	-277,4	-19,4%	7.743,1	7.809,9	66,8	0,9%	-267,8	-3,3%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	722,1	1.895,5	1.173,4	162,5%	1.140,0	150,9%	4.950,0	7.076,3	2.126,3	43,0%	1.904,9	36,3%
4.4.2.7 Segurança Pública	518,0	392,2	-125,8	-24,3%	-149,7	-27,6%	3.539,2	3.437,9	-101,4	-2,9%	-262,8	-7,0%
4.4.2.8 Assistência Social	781,4	1.512,9	731,5	93,6%	695,4	85,1%	5.909,6	9.253,0	3.343,4	56,6%	3.110,6	49,6%
4.4.2.9 Demais	7.341,7	11.064,3	3.722,6	50,7%	3.383,3	44,0%	55.517,3	54.623,5	-893,9	-1,6%	-3.495,5	-5,9%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	4.022,5	-116.147,4	-120.170,0	-	-120.355,8	-	46.408,5	-230.535,1	-276.943,5	-	-282.469,1	-
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	-303,5						534,2					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						0,0					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	-303,5						534,2					
6.3 Ajuste Metodológico Recursos Não Sacados do PIS/PASEP (EC nº 126/	0,0						0,0					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2.439,3						8.004,0					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	6.158,4						54.946,7					
9. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-51.160,7						-503.234,4					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{13/}	-45.002,3						-448.287,7					

Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	69.514,8	77.030,1	7.515,3	10,8%	4.302,9	5,9%	535.709,9	592.666,5	56.956,6	10,6%	23.439,4	10,0%
Arrecadação Ordinária	69.514,8	77.030,1	7.515,3	10,8%	4.302,9	5,9%	532.613,8	592.666,5	60.052,7	11,3%	26.766,5	10,6%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	3.096,1	0,0	-3.096,1	-100,0%	-3.327,1	-93,1%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Custeio Administrativo	7.490,8	7.605,6	114,8	1,5%	-231,4	-3,0%	51.931,8	57.000,7	5.068,9	9,8%	1.934,9	9,2%
Investimento	10.877,3	23.910,1	13.032,9	119,8%	12.530,2	110,1%	45.054,6	81.365,3	36.310,7	80,6%	33.702,1	76,2%
PAC ^{14/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida	1,3	455,1	453,9	-	453,8	-	749,2	9.327,3	8.578,0	-	8.535,4	-

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Ajuste Metodológico referente ao ingresso de recursos do PIS/Pasep não reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos, nos termos do art. 121 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 126/2022. Enquanto na metodologia acima

12/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

13/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" e apuração do Teto dos Gastos (EC 95/2016) - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real			
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %		
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	45.338,0	48.799,3	3.461,3	7,6%	1.366,1	2,9%	457.195,9	451.668,3	-5.527,7	-1,2%	-26.887,0	-5,5%		
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	38.879,4	40.867,2	1.987,8	5,1%	191,1	0,5%	341.926,7	353.288,2	11.361,5	3,3%	-4.381,9	-1,2%		
1.2 Fundos Constitucionais	630,4	1.044,2	413,7	65,6%	384,6	58,3%	10.077,6	11.305,9	1.228,3	12,2%	815,0	7,6%		
1.2.1 Repasse Total	2.216,0	2.204,3	-	11,7	-0,5%	-	23.156,4	22.455,5	-700,9	-3,0%	-1.810,0	-7,3%		
1.2.2 Superávit dos Fundos	-	1.585,5	-	1.160,1	425,4	-26,8%	498,7	-30,1%	-13.078,8	-11.149,6	1.929,2	-14,8%	2.624,9	-18,8%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.261,1	1.468,7	207,6	16,5%	149,3	11,3%	16.136,0	18.162,0	2.025,9	12,6%	1.299,6	7,6%		
1.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais (Compensações Financeiras)	4.371,4	5.167,7	796,2	18,2%	594,2	13,0%	78.109,6	65.755,0	-12.354,6	-15,8%	-16.225,9	-19,5%		
1.5 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	690,8	139,3	-551,6	-79,8%	-599,7	-81,0%		
1.6 Demais	195,6	251,6	55,9	28,6%	46,9	22,9%	10.255,1	3.017,9	-7.237,2	-70,6%	-7.794,0	-71,9%		
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	9,6	2,6	-	7,0	-72,5%	-	9,6	2,6	-7,0	-72,5%	-7,4	-73,7%		
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
1.6.3 IOF Ouro	6,1	0,3	-	5,7	-94,4%	-	6,0	-94,6%	74,5	43,8	-30,6	-41,1%	-34,5	-43,5%
1.6.4 ITR	180,0	248,6	68,6	38,1%	60,3	32,0%	2.398,5	2.850,9	452,4	18,9%	339,3	13,4%		
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	108,5	120,5	12,0	11,1%	3,4	2,8%		
1.6.6 Outras	1/-	-	-	-	-	-	7.664,1	0,0	-7.664,1	-100,0%	-8.094,8	-100,0%		
2. DESPESA TOTAL	167.478,3	303.007,5	135.529,2	80,9%	127.789,7	72,9%	1.799.187,2	2.128.185,8	328.998,6	18,3%	248.803,4	13,0%		
2.1 Benefícios Previdenciários	62.806,1	96.150,8	33.344,7	53,1%	30.442,3	46,3%	796.693,7	898.867,3	102.173,6	12,8%	66.783,9	7,9%		
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	36.373,9	53.054,9	16.681,0	45,9%	15.000,1	39,4%	336.474,9	362.831,9	26.357,0	7,8%	10.824,0	3,0%		
2.2.1 Ativo Civil	14.575,5	17.051,1	2.475,6	17,0%	1.802,0	11,8%	139.361,6	149.676,4	10.314,8	7,4%	3.908,5	2,6%		
2.2.2 Ativo Militar	4.380,2	4.507,9	127,7	2,9%	74,7	-1,6%	34.906,6	35.336,5	430,0	1,2%	-1.187,1	-3,2%		
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	10.303,0	11.327,0	1.024,0	9,9%	547,9	5,1%	92.049,8	96.441,1	4.391,3	4,8%	152,6	0,2%		
2.2.4 Reformas e pensões militares	6.814,5	7.082,1	267,6	3,9%	47,3	-0,7%	59.256,4	61.507,7	2.251,2	3,8%	-469,2	-0,7%		
2.2.5 Sentenças e Precatórios	300,6	13.017,1	12.716,5	-	12.702,6	-	10.900,5	19.800,5	8.900,0	81,6%	8.349,7	72,2%		
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.664,8	85.013,8	60.349,0	244,7%	59.209,1	229,5%	295.733,1	357.426,9	61.693,8	20,9%	47.532,4	15,1%		
2.3.1 Abono e seguro desemprego	3.071,1	4.256,1	1.185,0	38,6%	1.043,1	32,5%	64.270,9	72.856,1	8.585,2	13,4%	5.420,4	7,9%		
2.3.2 Anistiados	18,2	20,3	2,1	11,5%	1,3	6,6%	161,8	173,8	12,0	7,4%	4,6	2,7%		
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	806,7	7.586,1	6.779,3	840,3%	6.742,0	798,8%	6.114,8	27.098,0	20.983,1	343,2%	20.840,0	323,0%		
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	58,6	58,8	0,2	0,3%	2,6	-4,2%	695,2	718,1	22,9	3,3%	-8,9	-1,2%		
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.731,7	8.631,4	1.899,7	28,2%	1.588,6	22,6%	78.827,1	92.671,2	13.844,1	17,6%	10.373,0	12,4%		
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	6.528,1	7.822,8	1.294,6	19,8%	993,0	14,5%	76.576,2	88.892,0	12.315,7	16,1%	8.933,3	11,0%		
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Sentenças e Precatórios	203,6	808,7	605,1	297,2%	595,7	279,6%	2.250,8	3.779,2	1.528,4	67,9%	1.439,7	60,3%		
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%	87,3	102,3	15,0	17,2%	11,0	12,0%		
2.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.698,2	586,6	-	5.111,6	-89,7%	-	5.374,9	-90,2%	46.935,5	2.680,2	-44.255,3	-94,3%	-47.175,6	-94,6%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	-	-	-	-	-	-	3.096,1	0,0	-3.096,1	-100,0%	-3.327,1	-100,0%		
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	169,6	139,1	-	30,5	-18,0%	-	38,3	-21,6%	1.000,5	1.106,0	105,5	10,5%	61,8	5,8%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	2.810,4	3.074,6	264,2	9,4%	134,3	4,6%	32.881,5	37.487,8	4.606,3	14,0%	3.161,2	9,0%		
2.3.11 Fundo Constitucional DF	281,7	565,7	284,0	100,8%	271,0	91,9%	2.412,5	4.282,7	1.870,2	77,5%	1.780,9	69,5%		
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	2.591,0	2.881,7	290,7	11,2%	171,0	6,3%	14.957,3	17.061,4	2.104,1	14,1%	1.451,9	9,2%		
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,3	332,3	-	0,1	0,0%	-	15,4	-4,4%	3.987,9	3.986,9	-1,0	0,0%	-187,8	-4,4%
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	435,0	51.856,8	51.421,8	-	51.401,7	-	17.559,7	71.776,1	54.216,4	308,8%	53.564,4	288,9%		
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.196,6	4.367,2	3.170,6	265,0%	3.115,3	248,8%	15.325,1	21.665,1	6.340,1	41,4%	5.622,0	34,4%		
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	182,6	53,5	-	129,1	-70,7%	-	137,6	-72,0%	2.208,9	1.570,1	-638,8	-28,9%	-747,8	-31,8%
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	91,7	140,4	48,7	53,1%	44,5	46,4%	4.370,1	3.474,9	-895,2	-20,5%	-1.136,1	-24,3%		
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,9	0,1	-	0,9	-93,7%	-	0,9	-94,0%	19,0	4,0	-15,0	-78,9%	-16,1	-79,7%
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	12,4	15,1	2,7	22,2%	2,2	16,8%	87,4	65,6	-21,8	-25,0%	-27,0	-29,0%		
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	0,7	6,1	5,4	790,7%	5,4	751,4%	0,7	22,0	21,3	-	21,4	-		
2.3.15.6 Pronaf	296,6	250,6	-	46,0	-15,5%	-	59,7	-19,2%	5.502,9	5.763,5	260,7	4,7%	6,2	0,1%
2.3.15.7 Proex	-	92,0	-	15,9	76,0	-82,7%	80,3	-83,4%	427,1	414,6	-12,5	-2,9%	-39,2	-8,5%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real		
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	21,0	0,8	-	20,2	-96,2%	-	21,2	-96,4%	304,7	626,8	322,1	105,7%	
2.3.15.9 Alcool	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	52,0	68,9	16,9	32,5%	14,5	26,6%	261,6	458,1	196,6	75,1%	187,9	68,2%	
2.3.15.11 Funcafé	-	-	-	-	-	-	0,5	0,0	-0,5	-100,0%	-0,5	-100,0%	
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%	-	0,0	-100,0%	667,7	487,9	-179,8	-26,9%	
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,6	0,8	0,2	35,6%	0,2	29,6%	9,0	12,1	3,1	34,8%	2,8	28,7%	
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-	237,4	237,4	-	237,4	-	397,2	1.995,2	1.598,0	402,3%	1.603,5	382,4%	
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	-	-	-	-	-	-	26,3	24,7	-1,6	-6,1%	-3,1	-10,7%	
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	4,0	-	9,9	-	5,9	150,0%	-	5,8	139,0%	-231,2	-174,0%	
2.3.15.19 Proagro	863,0	3.500,0	2.637,0	305,6%	2.597,1	287,6%	5.001,0	9.405,0	4.404,1	88,1%	4.186,9	78,8%	
2.3.15.20 PNAFE	-	29,9	1,9	31,7	-	33,1	-	102,4	66,9	-35,6	-34,7%	-41,7	-38,1%
2.3.15.21 - Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.22 - Sudene (Microcrédito Produtivo Orientado)	6,6	70,5	64,0	973,4%	63,7	926,0%	105,0	70,5	-34,5	-32,8%	-40,3	-36,4%	
2.3.15.23 - Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.24 - Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.25 - Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.26 - Cacau	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	-	205,7	46,9	252,6	-	262,1	-	-3.935,2	-2.622,9	1.312,3	-33,3%	1.498,2	-35,8%
2.3.16 Transferências ANA	26,7	16,8	-	9,8	-36,8%	-	11,0	-39,6%	135,4	144,0	8,6	6,4%	
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	196,0	361,0	165,0	84,2%	155,9	76,0%	1.597,2	2.006,7	409,5	25,6%	339,0	20,0%	
2.3.18 Impacto Primário do FIES	153,6	177,0	23,4	15,2%	16,3	10,1%	725,7	1.610,3	884,6	121,9%	858,6	109,7%	
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-	4.961,5	0,0	-4.961,5	-100,0%	-5.260,0	-100,0%	
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	43.633,6	68.788,1	25.154,5	57,6%	23.138,1	50,7%	370.285,5	509.059,8	138.774,2	37,5%	123.663,1	31,5%	
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	22.498,5	31.276,7	8.778,2	39,0%	7.738,5	32,9%	219.114,7	326.380,7	107.266,0	49,0%	98.761,5	42,4%	
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.350,9	1.334,8	-	16,0	-1,2%	-	78,4	-5,6%	14.339,1	15.400,4	1.061,3	7,4%	
2.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	8.279,5	14.096,9	5.817,4	70,3%	5.434,8	62,7%	88.099,7	166.288,9	78.189,2	88,8%	75.373,8	80,4%	
2.4.1.3 Saúde	10.491,6	13.562,2	3.070,6	29,3%	2.585,8	23,6%	104.415,3	129.534,4	25.119,1	24,1%	20.584,7	18,5%	
2.4.1.4 Educação	647,2	861,8	214,6	33,2%	184,7	27,3%	6.346,8	8.206,0	1.859,2	29,3%	1.598,4	23,8%	
2.4.1.5 Demais	1.729,4	1.421,0	-	308,4	-17,8%	-	388,3	-21,5%	5.913,9	6.951,0	1.037,1	17,5%	
2.4.2 Discrecionárias	21.135,1	37.511,4	16.376,3	77,5%	15.399,6	69,6%	151.170,8	182.679,0	31.508,2	20,8%	24.901,6	15,6%	
2.4.2.1 Saúde	3.011,6	5.943,9	2.932,3	97,4%	2.793,1	88,6%	33.009,7	38.115,9	5.106,2	15,5%	3.697,4	10,6%	
2.4.2.2 Educação	3.213,3	11.357,4	8.144,1	253,5%	7.995,6	237,8%	20.017,6	34.830,7	14.813,0	74,0%	13.998,7	65,9%	
2.4.2.3 Defesa	3.179,2	2.187,0	-	992,2	-31,2%	-	1.139,1	-34,2%	12.685,0	12.916,7	231,7	1,8%	
2.4.2.4 Transporte	1.321,3	2.058,5	737,1	55,8%	676,1	48,9%	8.155,1	14.961,2	6.806,2	83,5%	6.523,2	75,5%	
2.4.2.5 Administração	1.324,5	1.146,9	-	177,5	-13,4%	-	238,7	-17,2%	7.690,5	7.778,7	88,3	1,1%	
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	700,7	1.889,5	1.188,8	169,7%	1.156,4	157,8%	4.890,1	7.041,5	2.151,4	44,0%	1.932,5	37,2%	
2.4.2.7 Segurança Pública	502,6	390,9	-	111,7	-22,2%	-	134,9	-25,7%	3.501,0	3.415,9	-85,1	-2,4%	
2.4.2.8 Assistência Social	758,2	1.508,1	749,9	98,9%	714,8	90,1%	5.837,7	9.224,7	3.387,0	58,0%	3.157,8	51,0%	
2.4.2.9 Demais	7.123,8	11.029,2	3.905,3	54,8%	3.576,1	48,0%	55.384,3	54.393,8	-990,5	-1,8%	-3.591,1	-6,1%	
Memorando:													
3. TOTAL DAS DESP APURADAS PARA O RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL (I+II)	212.816,3	351.806,9	138.990,5	65,3%	129.155,9	58,0%	2.256.383,1	2.579.854,1	323.470,9	14,3%	221.916,4	9,3%	
4. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º)	86.720,7	162.785,0	76.064,3	87,7%	72.056,8	79,4%	614.207,2	667.222,7	53.015,5	8,6%	24.164,4	3,7%	
4.1 Transferências constitucionais (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso I)	49.552,4	53.675,8	4.123,4	8,3%	1.833,5	3,5%	488.432,5	499.503,5	11.071,0	2,3%	-11.560,6	-2,2%	
4.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	38.879,4	40.867,2	1.987,8	5,1%	191,1	0,5%	341.926,7	353.288,2	11.361,5	3,3%	-4.381,9	-1,2%	
4.1.2 Contribuição do Salário Educação	1.261,1	1.468,7	207,6	16,5%	149,3	11,3%	16.136,0	18.162,0	2.025,9	12,6%	1.299,6	7,6%	
4.1.3 Exploração de Recursos Naturais	4.371,4	5.167,7	796,2	18,2%	594,2	13,0%	78.109,6	65.755,0	-12.354,6	-15,8%	-16.225,9	-19,5%	
4.1.4 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	690,8	139,3	-551,6	-79,8%	-599,7	-81,0%	
4.1.5 Demais	5.040,4	6.172,2	1.131,8	22,5%	898,8	17,0%	51.569,3	62.159,1	10.589,7	20,5%	8.347,4	15,2%	

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.1.5.1 IOF Ouro	6,1	0,3	-	5,7	-94,4%	-	6,0	-94,6%	74,5	43,8	-30,6	-41,1%
4.1.5.2 ITR	180,0	248,6	68,6	38,1%	60,3	32,0%	2.398,5	2.850,9	452,4	18,9%	339,3	13,4%
4.1.5.3 FUNDEB (Complem. União)	2.810,4	3.074,6	264,2	9,4%	134,3	4,6%	32.881,5	37.487,8	4.606,3	14,0%	3.161,2	9,0%
4.1.5.4 Fundo Constitucional DF - FCDF	2.044,0	2.848,6	804,6	39,4%	710,2	33,2%	16.214,8	21.776,5	5.561,7	34,3%	4.881,3	28,4%
4.1.5.4.1 FCDF - OCC	281,7	565,7	284,0	100,8%	271,0	91,9%	2.412,5	4.282,7	1.870,2	77,5%	1.780,9	69,5%
4.1.5.4.2 FCDF - Pessoal	1.762,3	2.282,9	520,6	29,5%	439,2	23,8%	13.802,3	17.493,8	3.691,6	26,7%	3.100,5	21,2%
4.2 Créditos extraordinários (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso II)	12.847,2	93.832,1	80.984,9	630,4%	80.391,3	598,1%	56.295,2	94.292,5	37.997,3	67,5%	34.628,6	58,0%
4.2.1 d/q Créditos Extraordinários do Impacto Primário do FIES	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso III)	197,1	355,0	157,9	80,1%	148,8	72,2%	2.055,3	1.153,9	-901,5	-43,9%	-1.007,8	-46,3%
4.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	120,1	349,9	229,8	191,4%	224,3	178,5%	1.765,0	1.121,7	-643,3	-36,4%	-735,0	-39,3%
4.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	77,0	5,1	-	71,9	-93,4%	-	75,5	-93,7%	290,4	32,1	-258,2	-88,9%
4.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso IV)	1.212,1	1.793,0	580,9	47,9%	524,8	41,4%	1.212,1	1.793,0	580,9	47,9%	524,8	41,4%
4.5 Cessão Onerosa (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso V)	2/	-	-	-	-	-	7.664,1	0,0	-7.664,1	-100,0%	-8.094,8	-100,0%
4.6 Piso da Enfermagem (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso VI)	-	829,6	829,6	-	829,6	-	0,0	7.292,4	7.292,4	-	7.357,4	-
4.7 Projetos socioambientais ou mudanças climáticas (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º-A, inciso I) 3/	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.8 Instituições científicas, tecnológicas e de inovação (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º-A, inciso II)	-	370,1	370,1	-	370,1	-	0,0	1.761,3	1.761,3	-	1.783,5	-
4.9 Execução direta de obras e serviços de engenharia (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º-A, inciso III)	-	1,2	1,2	-	1,2	-	0,0	8,2	8,2	-	8,4	-
4.10 Investimentos (CF 1988, ADCT, art 107, § 6º-B)	22.911,9	-	-	22.911,9	-100,0%	-	23.970,7	-100,0%	22.911,9	22.911,9	0,0	0,0%
4.11 Parcelamento de Sentenças Judiciais (CF 1988, ADCT, art. 107-A, § 6º)	-	-	-	-	-	-	11.723,9	11.088,0	-635,9	-5,4%	-1.085,4	-8,8%
4.12 Encontro de Contas (CF 1988, ADCT, art. 107-A, § 6º)	-	-	-	-	-	-	23.912,1	0,0	-23.912,1	-100,0%	-25.350,9	-100,0%
4.13 Compensação ICMS LC 194 (LC 201/2023 - § 1º do art. 2º) - Dedução dos valores das parcelas vincendas de contratos de	-	317,8	317,8	-	317,8	-	0,0	5.274,9	5.274,9	-	5.348,3	-
4.14 Compensação ICMS LC 194 (LC 201/2023 - §§ 2º e 3º do art. 2º e art. 3º) - Transferência direta	-	4.357,8	4.357,8	-	4.357,8	-	0,0	8.715,5	8.715,5	-	8.739,9	-
4.15 Transferências temporárias aos fundos FPM e FPE (LC 201/2023 - arts. 13 e 14)	-	-	-	-	-	-	0,0	6.174,9	6.174,9	-	6.209,5	-
4.16 Ampliação de ações e de serviços públicos de saúde - mínimo constitucional (LC 201/2023 - art. 15)	-	1.252,7	1.252,7	-	1.252,7	-	0,0	1.252,7	1.252,7	-	1.252,7	-
4.17 Incentivo à permanência de estudantes no ensino médio (LC 203/2023 - art. 1º)	-	6.000,0	6.000,0	-	6.000,0	-	0,0	6.000,0	6.000,0	-	6.000,0	-
5. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	126.095,6	189.021,8	62.926,2	49,9%	57.099,1	43,3%	1.642.175,9	1.912.631,4	270.455,5	16,5%	197.752,0	11,3%
m. Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.698,2	586,6	-	5.111,6	-89,7%	-	5.374,9	-90,2%	46.935,5	2.680,2	-44.255,3	-94,3%
m.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo (Créditos Extraordinários)	4.464,8	10,8	-	4.453,9	-99,8%	-	4.660,3	-99,8%	34.638,8	641,0	-33.997,8	-98,1%
m.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%
m.1.2 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Bolsa Família e Auxílio Brasil (Créditos Extraordinários)	4.330,0	-	-	4.330,0	-100,0%	-	4.530,1	-100,0%	24.929,5	0,0	-24.929,5	-100,0%
m.1.3 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Saúde (Créditos Extraordinários)	134,8	10,8	-	123,9	-92,0%	-	130,2	-92,3%	6.207,7	641,0	-5.566,7	-89,7%
m.1.4 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Educação (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.501,6	0,0	-3.501,6	-100,0%
m.1.5 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Demais (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-
m.2 - Discrecionárias (Créditos Extraordinários)	1.233,4	575,8	-	657,7	-53,3%	-	714,7	-55,4%	12.296,7	2.039,2	-10.257,4	-83,4%
m.2.1 - Discrecionárias - Saúde (Créditos Extraordinários)	1,9	0,1	-	1,8	-95,9%	-	1,9	-96,1%	1.202,6	6,2	-1.196,5	-99,5%
m.2.2 - Discrecionárias - Educação (Créditos Extraordinários)	-	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,2	0,1	-0,1	-37,2%
m.2.3 - Discrecionárias - Defesa (Créditos Extraordinários)	0,0	58,7	58,7	-	58,7	-	16,4	268,6	252,1	-	253,4	-
m.2.4 - Discrecionárias - Transporte (Créditos Extraordinários)	31,6	3,1	-	28,4	-90,1%	-	29,9	-90,5%	474,1	76,9	-397,2	-83,8%
m.2.5 - Discrecionárias - Administração (Créditos Extraordinários)	0,6	-	-	0,6	-100,0%	-	0,6	-100,0%	0,6	0,0	-0,6	-100,0%
m.2.6 - Discrecionárias - Ciência e Tecnologia (Créditos Extraordinários)	0,6	0,0	0,6	-94,1%	0,6	-94,3%	5,8	1,4	-4,5	-76,4%	-4,8	-77,4%
m.2.7 - Discrecionárias - Segurança Pública (Créditos Extraordinários)	45,6	114,3	68,7	150,8%	66,6	139,7%	519,0	618,8	99,8	19,2%	73,1	13,2%
m.2.8 - Discrecionárias - Assistência Social (Créditos Extraordinários)	410,0	93,8	-	316,2	-77,1%	-	335,2	-78,1%	5.781,7	456,3	-5.325,4	-92,1%
m.2.9 - Discrecionárias - Demais (Créditos Extraordinários)	743,1	305,6	-	437,5	-58,9%	-	471,8	-60,7%	4.296,2	610,9	-3.685,3	-85,8%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.